

Course Unit Description
MASTER'S DEGREE IN LAW AND LEGAL PRACTICE
Forensic Legal Sciences 2025-2026

Curricular Unit

Constitutional Justice - Class B

Course Coordinator

RAQUEL Alexandra de Jesus Gil Martins **BRÍZIDA CASTRO**

Learning Objectives

To equip students with the theoretical and practical knowledge of Constitutional Justice, enabling them to handle the increasingly complex and challenging legal-constitutional issues relevant to forensic activity.

Beyond the necessary focus on the current and traditional basic structure and concepts of constitutional litigation, this program highlights the theme of Constitutional Justice in the Age of Artificial Intelligence. This considers the impacts of new EU Technological and Digital Regulation on the future of EU Constitutional Justice and the transformation of EU Constitutional Courts.

Constitutional Justice and the procedural means of safeguarding Constitutions must adapt to the digital reality and the disruptive challenges of AI, with the goal of building a Democratic, Social, and Digital Rule of Law. This means its structuring principles—legality, separation of powers, protection of fundamental rights, transparency, accountability, and judicial control—must be fully applied and guaranteed in cyberspace and in the era of advanced technologies like Artificial Intelligence and quantum technologies.

Syllabus Content

PART I – The Constitutional Revolution of Artificial Intelligence

1. **Technological and Digital Pluri-Normativism and Global Regulatory Administration**
2. **Impact of AI on Fundamental Rights:** Traditional AI systems, general-purpose AI models, and AI agents
3. **AI Regulation and the Democratic, Social, and Digital Rule of Law:** Rule of Law or Rule of Algorithm?
4. **New Fundamental AI Rights and Their Effective Judicial Protection**

PART II - The Constitutional Problem of the New EU Technological and Digital Constitution

- 5. The New EU Technological and Digital Constitution**
- 6. The Legal-Constitutional Problem of the Primacy of EU Law**
- 7. Multi-level Constitutionalism, the CJEU, and the ECHR**
- 8. Ethics and Law in AI Regulation**
- 9. New Paths for Constitutional Justice**

PART III - The Portuguese System for Reviewing Constitutionality and Constitutional Litigation

- 1. The System of Normative Acts in the Portuguese Legal-Constitutional Order**
- 2. Abstract Review of Constitutionality in the Current Legal-Constitutional Order**
- 3. Concrete Review of Constitutionality in the Current Legal-Constitutional Order**
- 4. Normative Omissions Harmful to Fundamental Rights**
- 5. Inadequacy of Current Procedural Means for Judicial Protection of Fundamental Rights**

Coherence Between Course Content and Learning Objectives

The course content of this Course Unit is consistent with its pedagogical objectives, favoring a theoretical-practical approach to Constitutional Justice.

Teaching Methodologies (Including Assessment)

This Course Unit will employ the following teaching and learning methodologies:

Theoretical Classes: These will involve a theoretical and problem-based presentation of the course content, designed to stimulate students' critical thinking.

Practical Classes: These sessions will focus on discussion and resolution of practical cases, along with the analysis of court rulings (Acórdãos).

Assessment

Assessment will proceed as follows:

Class Participation, Oral Presentation, and Discussion of Jurisprudence in Class – 15%

Written Final Test at the end of the semester – 35%



Bibliography

(2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

Monografias

- (2023) *Direito Constitucional: Tecnologia e Ciberespaço. Declínio do Constitucionalismo na UE?*, Almedina: Coimbra;
- (2022a) *Justiça Constitucional em Tempos de Emergência*, Almedina: Coimbra;
- (2012a) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=19162;

- (2025b) **“O Tribunal Constitucional ainda é o último garante da Constituição”**, in *Democracia e Liberdade*, Coord. Manuel Monteiro, Edição IdL – Instituto Amaro da Costa: Lisboa; pp. 108-114;
- (2025a) **“Entre a Constituição invisível da União Europeia e o Crepúsculo da Justiça Constitucional: O que é a Justiça Constitucional da UE?”**, in *Novos Estudos Sobre a Constituição*, Coord. Lúcia Amaral, Vitalino Canas e Jorge M. de Almeida, Coord. da República, pp. 159-188;
- (2024b) **“Uma leitura jusfundamental do “privilegio dos media”: na Era Digital, o jornalismo vai nu...”**, in *A Liberdade da Imprensa em Portugal e na Europa*, Edição Comemorativa Aniversário dos 160 anos do Diário de Notícias, Paulo Pinto de Albuquerque, Edições Católicas Editora/Diário de Notícias; pp. 298-316;
- (2024a) **“Os efeitos típicos da declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral como limite do princípio da primazia da União Europeia no ordenamento jurídico-constitucional português”**, in *Revista do CEJ*, (número comemorativo dos 40 anos da CEJ), I; pp. 69-100;
- (2023g) **“Ethics versus Law in the Regulation of Artificial Intelligence: Ethics a la carte?”**, in *ELPIS v-Law Review and the Law*», number 7;
- (2023b) **“Impactos jurídico constitucionais do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: (novas e velhas) questões de direito constitucional europeu no ordenamento jurídico-constitucional português”**, in *Estudos em Homenagem a António Augusto da Costa e Silva*, Coord. Caupers;
- (2022a) *Cyberspace and Constitution* (October 26, 2022). *Lisbon Public Law Working Paper No. 2022-01*. <https://ssrn.com/abstract=4259138> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4259138>
- (2022b) **“A eventual tangibilidade do caso julgado fundado em normas inconstitucionais sancionatórias menos favoráveis sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022”**, in *Boletim da Ordem dos Advogados*; n.º 35; Disponível em <https://www.boa.adp.pt/boletim/2022/035/035-03-eventual-tangibilidade-do-caso-julgado-fundado-em-normas-inconstitucionais-sancionatorias-menos-favoraveis/>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2022c) **“Justiça constitucional em tempos de emergência”**, in *Observatório Almedina*; a <https://observatorio.almedina.net/index.php/2022/08/24/justica-constitucional-em-tempos-de-emergencia/>
- (2022e) **“Algumas notas processuais sobre o controlo de constitucionalidade de normas de emergência na portuguesa: Em especial, a jurisprudência constitucional e administrativa da Pandemia”**, in *Impacto da Pandemia nas Estruturas do Direito Público*, Coord: Carlos Blanco de Moraes, Miguel Nogueira de Brito e Miguel Assis Raimundo, pp. 319;
- (2022f) **“O princípio da garantia do equilíbrio institucional de poderes como limite negativo intangível da Constituição em tempos de emergência”**, in *O Direito Público e a Crise Pandémica*, Coord. Francisco Pereira Coutinho, Dulce Lopes e Catarina Almeida, Nova School of Law e CEDIS – Centro de I&D sobre Direito e Sociedade; pp. 77-115. Disponível: <https://content/uploads/2022/10/O-DIP-e-a-Crise-Pandemica.pdf>
- (2017a) **“Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Constituição dos Factos e Normas Tecnológicas”**, in *Nos 40 anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, pp. 114-165; <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=4&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA>
- (2017b) **“Ciberespaço e Constituição”**, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017; <http://boletimalexandra-brizida-castro>
- (2016b) **“Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo”?”**, in *Cyberlaw e Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, pp. 114-165; <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=5&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA>
- (2012b) - **“Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam as Garantias”**, in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora, pp. 114-165; <https://eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=12&sid=318448cc-ee7c-4e20-870f-a7c370709b99%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZQ%3d%3d#AN=ccul.KOHA.U LISBOA>